



“Caiu na net”, *Sexting* e as imagens íntimas na mídia online brasileira ¹

Nealla Valentim MACHADO²

Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, MT

Resumo

A divulgação de imagens de conteúdo íntimo, produzidas sem fins lucrativos e em situação de intimidade pela mídia está se tornando frequente em nossa cultura brasileira. Considerando-se que a mídia é parte integrante da sociedade, os termos e categorias utilizadas na narrativa jornalística não são isentos de representações e valores culturais, principalmente relacionados ao gênero. O artigo pretende se dedicar a uma análise específica de uma notícia divulgada no site Disney Babble que fala a respeito da circulação social dessas imagens. Interessa-nos o uso social da circulação desse conteúdo visual e como essa produção se relaciona com a cibercultura e os valores de gênero.

Palavras-chave

Internet; gênero; mídia; sexualidade; jornalismo

Introdução

A internet mudou tudo. Ela foi a grande revolução midiática do início do século XXI. Segundo André Lemos (2013) o grande interesse sociológico e antropológico do ciberespaço reside no vitalismo social que esse espaço pode canalizar. Todas as formas sociais encontram nesse ambiente catalizador e potencializador um instrumento poderoso de conexão. Dessa maneira a cibercultura se encontra presente em todos os nossos espaços sociais, inclusive nos nossos meios de encontrar e de nos relacionarmos com nossos parceiros sexuais/amorosos. Mais do que mostrar o mundo, as tecnologias da cibercultura são as técnicas do “desejo de simulação” (Lemos, 2013) que proporcionam o deslocamento do aqui e agora, do espaço e do tempo, favorecendo a criação de redes de sociabilidade, através do compartilhamento.

Lemos coloca que a dinâmica social existente no ciberespaço cria sempre novos programas que permitem a interatividade social, fazendo do meio “uma incubadora espontânea de formas mediáticas” (2013: 139). Programas de compartilhamento de

¹ Trabalho apresentado no DT 5 – Rádio, TV, Internet do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

² Mestranda no curso de Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO, da Universidade Federal do Mato Grosso, email: nealla.machado@gmail.com. Trabalho orientado pelo professor doutor Flávio Luiz Tarnovski.



mensagens e imagens como o WhatsApp³, o Instagram⁴ e o Snapchat⁵ são utilizados de maneira a facilitar a comunicação entre as pessoas, mas não foram desenvolvidos especificamente para a procura de parceiros românticos ou sexuais. Com as tecnologias da cibercultura, as pessoas se utilizam do erotismo em uma “apropriação dionisíaca” (Maffesoli, 1998) como um dos principais vetores de apropriação, aprendizado e fixação diárias das novas tecnologias.

Dentre essas trocas de conteúdos variados nas diversas redes sociais a pesquisa se foca no que é conhecido no senso comum como “caiu na rede”; imagens e/ou vídeos de conteúdo íntimo, produzidos em ambientes privados e disponibilizados e distribuídos na rede mundial de computadores. Interessa-nos o uso social da circulação desse conteúdo visual. O artigo pretende se dedicar a uma análise específica de uma notícia divulgada no site Disney Babble que fala a respeito da circulação social dessas imagens. A produção jornalística é direcionada especificamente para os pais de meninas e jovens adolescentes. A pequena reportagem faz um “alerta” para os pais das adolescentes, sobre os “perigos” da produção e da divulgação de fotos ou vídeos de conteúdo íntimo na internet através de celulares.

Cibercultura

Na contemporaneidade, a cibercultura é uma constante em nossa realidade social. André Lemos (2013) afirma que ela é uma sinergia entre nossa vida social, os dispositivos eletrônicos e suas redes telemáticas. Mais do que nunca a cibercultura está colada, emaranhada e inserida em toda a nossa vida social. Lemos nos fala desse “imaginário tecnológico” da cibercultura, que se apresenta para nós como a ruptura máxima com os paradigmas da modernidade. Para o autor, na pós-modernidade, o sentimento é de compressão do espaço e do tempo (imediato), e de redes telemáticas desterritorializadas, tendo um forte impacto nas estruturas econômicas, políticas e

³ Um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos, mensagens de áudio de mídia e na nova atualização, podem ligar para qualquer contato de sua agenda que possua WhatsApp.

⁴ Uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos. A rede permite aos seus usuários aplicar filtros digitais a suas imagens e compartilhá-las na própria rede e em uma variedade de outras redes sociais.

⁵ O Snapchat é um aplicativo para celular que funciona enviando imagens pelo bate-papo que duram de 1 a 10 segundos, sendo “destruídas” em seguida.



sociais, criando esse “novo” ambiente comunicacional no qual todos nós nos encontramos hoje.

E em nossa pós-modernidade é acrescentado também à apropriação cotidiana da técnica no presente dos meios telemáticos e tecnológicos. Todos nós conseguimos manejar, em algum grau, celulares, computadores, tablets entre outros, e a maioria de nós aprendemos a como utilizar de maneira prática e cotidiana esses aparelhos. Até mesmo crianças pequenas que ainda não foram alfabetizadas conseguem jogar, tirar fotos e produzir vídeos com o celular de seus pais ou parentes próximos. Para Lemos, essa apropriação da tecnologia tem uma dimensão técnica (o nosso treinamento para a utilização do objeto) e outra simbólica (a utilização do nosso imaginário, o subjetivo). A apropriação, dessa maneira, aparece tanto como um aprendizado técnico, do saber manejar e utilizar o objeto tecnológico, como uma forma de desvio, que aparece na lacuna imaginativa deixada pelo inventor/ desenvolvedor da tecnologia. É exatamente nesse “desvio” que se insere nossa problemática da pesquisa.

O ciberpaço se apresenta entre muitas outras características ímpares, como um lugar altamente participativo (Levy, 1999). Por que todos nós somos produtores frenéticos de conteúdo na rede. Todos que possuem um aparelho com acesso a internet e uma conta em uma rede social podem produzir qualquer tipo de conteúdo, em qualquer lugar a qualquer hora, e postar esse mesmo conteúdo praticamente imediatamente. Principalmente gerações que já nasceram nesse ambiente informatizado, tem muito mais facilidade e familiaridade de construir e postar conteúdos na internet. Lemos, ao citar a obra de Pool, coloca que essa seriam as “tecnologias da liberdade” aquelas que não se pode ou se consegue controlar o conteúdo, que colocando em cheque as questões hierarquias da produção e da divulgação de conteúdos, que proporcionam agregações sociais e que multiplicam os polos da emissão não centralizada.

Jornalismo e as imagens íntimas

Ao término da minha graduação em Comunicação Social habilitação em Jornalismo, ao final do ano de 2012, me interessei por um tema, que na época já tinha muita visibilidade na mídia brasileira, que me fazia refletir sob uma série de questões como: gênero, sexualidade, mídia, privacidade e espaço público. A todas essas perguntas eu encontrei uma resposta temporária, que a mídia, naquela época, chamava de *Sexting*.



Eram notícias que contavam a história de meninas e adolescentes que tiveram a intimidade exposta, normalmente por alguém em que elas confiavam, como namorados ou “ficantes,” que disponibilizavam na internet mensagens com imagens de conteúdo íntimo, feitas no contexto do relacionamento amoroso privado. Durante o processo de pesquisa para a pós-graduação, descobrimos vários outros termos utilizados pelos portais de notícia para narrar situações muito similares com aquelas que a mídia jornalística já havia se familiarizado e até “batizado”. Percebemos em nossa pesquisa, ainda em andamento, que a mídia em geral utiliza termos como “Pornografia de Revanche”, *Revenge Porn*, *Sexting*, “vingança pornô” “exposição sexual na internet”, “caiu na rede”, “caiu na net” entre outras para descrever situações em que imagens de conteúdo sexual produzidas sem fins lucrativos (porque elas não são feitas, necessariamente, para a promoção pessoal, ou com alguma finalidade de lucro) são divulgadas e compartilhadas na rede mundial de computadores sem o consentimento prévio de quem está nelas. São imagens íntimas produzidas em um contexto privado e divulgadas em um ambiente público.

Temos a percepção de que o jornalismo “constrói” certa “realidade social” no decorrer da produção jornalística de sua narrativa sobre a realidade. No entanto, esse é um processo complexo, em que o jornalismo se envolve nessa realidade já pré-existente, onde o olhar do jornalista seleciona o que é relevante para ser retransmitido para a sociedade (Pereira e Da Rocha, 2001). E essa retransmissão vem carregada de valores sociais, agindo na mesma realidade sob a qual foi constituída.

O jornalismo, nesse processo de construção da realidade, é ele mesmo uma prática humana e social, que resulta de processos diversos de institucionalização, e que a história mostra sua dinamicidade, mudanças e complexificações (Pontes e Silva, 2009). Mais do que visto como uma instituição construtora da realidade social e cotidiana, o jornalismo pode ser visto como uma instituição que dialoga com a realidade social, transformando e sendo transformado pela mesma. A notícia, nesse raciocínio aparece como uma verdadeira necessidade social. “A notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e se manifesta na construção de um mundo possível” (Alzina, 2009: 185).

Dessa maneira podemos perceber que a mídia, através da utilização de determinados termos, propõe um recorte singular da realidade, atribuindo um significado para aspectos da experiência social que, de outra forma, não teriam contornos tão claros e específicos para a maioria das pessoas.



Considerando que a mídia é parte integrante da sociedade, os termos e categorias utilizados na narrativa jornalística não são isentos de representações e valores culturais (Citeli, 2001). Questionamo-nos aqui sobre a importância da dimensão do gênero na constituição desse fenômeno social. Para Judith Butler (2013), o sexo adquire sua materialidade através de um discurso construído socialmente. Iara Beleli (2007), por sua vez, argumenta que a propaganda propõe uma identificação do consumidor com modelos que reforçam identidades e que a figura do corpo aparece como fundamental para esse processo de identificação, que, na maioria das vezes está associado as nossas formulações sobre gênero e sobre a sexualidade. A figura do corpo que normalmente aparece utilizada nos comerciais e na publicidade em geral é a feminina (Beleli, 2007), utilizada como uma forma de agregar valor ao produto que é vendido. Transmitindo toda uma série de “valores sociais”, que podem vir a influenciar a constituição da sexualidade e do gênero das jovens meninas e adolescentes brasileiras.

Michel Bozon (2004) afirma que as representações cada vez mais abertas e explícitas sobre a sexualidade, tanto no cinema e nos meios de comunicação em geral devem ser observadas como para contribuir com uma redefinição sobre os significados da sexualidade e do cenário do desejo aos olhos de todos. As representações explícitas da sexualidade estão hoje presentes nos produtos culturais de massa não classificados como pornográficos ou eróticos. Essas representações estão inseridas em nosso cotidiano, e vem se tornando a cada dia mais comuns e representativas de nossa realidade social.

Sexting e a preocupação com as garotas

O site Disney Babble é direcionado para os pais. Com uma interface clara e conteúdos diferentes e específicos para cada idade que o responsável possa vir a se interessar, é um site construído para auxiliar os pais com dicas e matérias jornalísticas que ajudariam os pais na criação dos filhos. A matéria específica que este artigo procura analisar nomeia o envio e compartilhamento de imagens de conteúdo íntimo como *Sexting*, e faz uma “alerta” aos pais de meninas e adolescentes sobre os perigos no mundo off-line que essa prática pode acarretar. A linguagem da matéria é direcionada aos responsáveis e oferece dicas de como esses parentes podem conversar com as adolescentes, para fazê-las entenderem que não é “aconselhável” a produção, muito menos a divulgação desse tipo de material visual. A matéria ainda apresenta um



levantamento de dados feitos pela ONG SaferNet que comprovariam que os adolescentes estariam em uma das faixas etárias que mais produz e envia esse tipo de conteúdo íntimo.

A matéria também nos apresenta a história de Sofia⁶, uma adolescente de 14 anos que fez algumas “fotos sensuais” e enviou para o namorado na época. Esse “namorado” aparece sem nome, e não se direciona nenhum tipo de atenção ou preocupação da matéria a respeito das atitudes deste adolescente⁷. Em depoimento para a reportagem, a adolescente afirma que fez as imagens como uma forma de afirmação de sua independência e de sua sexualidade. “Eu queria mostrar pra ele que, apesar de menor de idade, já sou sedutora, uma mulher. E pensei que essa seria uma lembrança minha que ele guardaria para sempre”.

No entanto, o namoro entre os dois terminou e o rapaz enviou as imagens que haviam sido confiadas a ele a outras pessoas, e uma vez na rede perde-se o controle sobre essas imagens. Mais do que mostrar o mundo, as tecnologias da cibercultura são as técnicas do “desejo de simulação” (Lemos, 2013) que proporcionam o deslocamento do aqui e agora, do espaço e do tempo, favorecendo a criação de redes de sociabilidade, através do compartilhamento. O que não significa, necessariamente, que todas essas redes de sociabilidade são utilizadas para propósitos éticos. Por esse motivo, todo e qualquer conteúdo, uma vez disponibilizado online, tem uma possibilidade praticamente nula de ser retornado ao seu estado de desconhecimento.

Sofia também conta para a reportagem da vergonha e da humilhação que sentiu quando sua imagem começou a circular de forma incontrolada na internet. “Da noite para o dia, todas as pessoas da minha escola ficaram sabendo das fotos. Foi horrível. Deixei de ir à aula, tinha vergonha. Acabei conseguindo transferência para outro colégio, para encerrar o ano. Mas vivo com medo que essas imagens ainda estejam circulando por aí”.

Ao final, a matéria deixa o aviso que compartilhar esse tipo de imagem, de acordo com a lei brasileira, é considerada uma atitude criminosa. As imagens que envolvem nudez ou sexo explícito entre crianças e adolescentes configuram pornografia infantil e, segundo o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a gravação, publicação ou divulgação dessas imagens qualifica crime grave. A Lei 12.737

⁶ Nome fictício

⁷ A matéria não faz nenhuma referência à idade do homem. Partindo da idade da garota adolescente que é citada presumimos também que o homem é um adolescente.



também criminaliza a invasão de dispositivo informático alheio para obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização do titular. Quem tiver essa conduta pode pagar multa e ser preso por três meses a um ano. A lei foi apelidada de “Carolina Dieckmann” depois que o computador da atriz foi hackeado e suas fotos íntimas, divulgadas.

Discursos sobre a Sexualidade

Michel Foucault (1997) afirma que toda a história ocidental é marcada por uma verdadeira explosão discursiva e de um genuíno “interesse público” relacionado à área da sexualidade. A incitação que leva a constituir todo um discurso sobre a sexualidade “normal” e permissível parte de uma perspectiva institucional, através de lugares perpetuadores do poder como a Escola, a Igreja, a Família, ou a própria construção do conhecimento científico. São essas instituições de poder que detêm em si próprias as condições para a legitimação social desse discurso construído. A experiência ocidental da sexualidade não é a da repressão, mas de um constante incitamento ao falar e ao pensar sobre o sexo.

Deve-se falar de sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo que o locutor preservar para si a distinção (é para mostra-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. (FOUCAULT, 1997: 27)

O novo saber sobre os vários tipos de comportamentos sexuais foram inseridos no discurso sobre o sexo e em sua história, e Foucault (1997) apontou que atos sexuais são constantemente reatualizados ou ressignificados dentro da história humana. A nossa sexualidade é construída dentro da sociedade e não ordenada biologicamente. Essa é a importância de um entendimento histórico e de uma análise social sobre qualquer questão ligada à sexualidade humana.

Ainda segundo Foucault, essa explosão discursiva é parte de um complexo processo de aumento do controle sobre os indivíduos. Essa maneira diferente de controle não é mais realizada através da negação ou da proibição, mas através da produção de discursos. É pela imposição de uma grade de definição sobre as possibilidades do sexo que se tem o poder do estado sobre os indivíduos, atualizando



dessa maneira o regime do poder-saber-prazer. Sendo que através desses discursos modelamos as formas como construímos e conduzimos nossa corporeidade, e noções de desejo sexual e a nossa performatividade de gênero (Butler, 2013).

Gayle Rubin (1998), dialogando diretamente com Foucault, entre outros estudiosos construtivistas, também concorda que historicamente toda narrativa sobre a sexualidade é mediada por diferentes poderes e de valores que variam em diferentes sociedades e diferentes temporalidades. Rubin, quando discursa sobre a sexualidade, afirma que são os poderes que estabelecem, em nossas vidas sociais, as fronteiras morais sobre o que é “certo” e o que é “errado”. São elas que definem e dão valor ao “bom sexo” e ao “mau sexo”. A autora argumenta que as sociedades ocidentais geralmente consideram o sexo como uma força destrutiva. Nossa cultura trata o sexo com suspeitas, veladas ou não, sobre o que é considerado “natural” e “saudável” em um comportamento sexual.

Tecnicamente, todos os comportamentos eróticos serão tratados como “maus” a não ser que se ache uma razão “isenta” para praticá-los. A autora demonstra em seus argumentos que as razões mais aceitas para a prática do sexo são o amor heterossexual, a reprodução e o casamento. As sociedades ocidentais avaliam os atos sexuais através de um acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais, vindo dessa forma já carregado de noções de gênero, masculinidade, feminilidade, honra, entre outras.

Os indivíduos cujo comportamento está no topo dessa hierarquia sexual, sugere Rubin, são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, suporte institucional e benefícios materiais. Já os indivíduos cujo comportamento está abaixo nessa escala sexual estão sujeitos à presunção de doença mental, má reputação, acusações de criminalidade e sanções econômicas e institucionais. Ela afirma que a nossa cultura ocidental é permeada com ideias que dizem que a variedade erótica é perigosa, e pode ameaçar tudo, desde crianças pequenas, os adolescentes que não devem ser expostos à sexualidade, até a segurança nacional. Todas as sociedades estabelecem fronteiras sobre o que é aceitável e não aceitável em comportamentos eróticos.

No entanto, a questão é que essas fronteiras mudam. Mais que uma preocupação com parceiros inadequados, o aparato do poder se preocupa com a “qualidade da experiência erótica”, comprimindo dessa maneira as fronteiras do que é sexualmente aceitável, ou seja, a “experiência sexual normalizada”, controlando, regularizando e moralizando assim, todo o tipo de experimentação erótica que sujeito possa vir a querer experimentar. Dessa argumentação, podemos compreender por que Sofia afirmou a



matéria que se sentiu envergonhada e humilhada depois da divulgação de suas imagens íntimas. Por que sua experiência erótica não se adequa as normas do que é socialmente esperado para uma adolescente de sua idade e de seu gênero experimentar. Por esse aspecto “moralizador”, que visa garantir a experimentação sexual “adequada”, Rubin afirma nenhum tipo de discussão, diálogo ou pensamento sobre o sexo é neutro. Podemos acrescentar aqui que principalmente os discursos midiáticos não são isentos nesta questão.

Michel Bozon (2004), através de uma análise histórica, concorda com Carole Vance (1995) Rubin (1998) ao afirmar que as relações amorosas/relações sexuais têm pontos de interseção que mudam através da história e de sociedade para sociedade. Quando descreve as nossas relações amorosas contemporâneas, Bozon indica que a sexualidade que antes aparecia como um mero produto dentro das relações amorosas e de parentesco se transformou na linguagem base da maioria dos relacionamentos amorosos da atualidade. Mas, ainda de acordo com o autor, essa modificação de costumes relacionados à sexualidade não transformou de maneira significativa as relações de gênero, nem modificou radicalmente os lugares ocupados por homens e mulheres dentro de nossa dinâmica social. Ainda nos dias de hoje as experiências sexuais dos indivíduos continuam a ser estruturadas dentro dos pares de oposição e tensão permanente homem=desejo/ mulher=amor.

Essas oposições que perpassam os relacionamentos entre homens e mulheres continuam a serem vistas como divisões “naturais” e “estáveis” entre os sexos, que seriam justificadas em termos de diferenças de “natureza” psicológica entre homens e mulheres. Segundo Bozon, enquanto os homens são pensados como sujeitos de desejo independente, as mulheres continuam a serem vistas como objetos a serem possuídos, ou sujeitos de desejo moderado, atentas ao desejo que possam vir a despertar nos homens. “É às mulheres que incumbe resolver as tensões da sexualidade” (2004: 94).

Uma questão de gênero

Em nenhum momento a matéria faz qualquer tipo de referência a um sujeito masculino: ou o adolescente que estaria no local no momento de produção dessas imagens, ou o adolescente para quem essas imagens foram enviadas. Ele simplesmente é “esquecido” durante a apuração das informações que foram utilizadas nesta matéria



específica. A pequena reportagem deixa o aviso, no último parágrafo⁸, de que compartilhar esse tipo de imagens pode ser considerado um delito criminoso pela legislação brasileira, principalmente se forem imagens de crianças e adolescentes. Entretanto, a mesma matéria não inclui também, alguma fala de algum especialista relacionado o comportamento das pessoas que recebem as imagens e as passam para frente, ou mesmo o depoimento de alguém que já compartilhou esse tipo de imagem.

Toda e qualquer responsabilidade sobre o vazamento de imagens de conteúdo sexual é colocada a cargo das mulheres, ou no caso dessa reportagem específica, a cargo das meninas e adolescentes. A matéria deixa bastante claro que as meninas devem “refletir” e procurar não produzir esse tipo de imagens, por que o “juízo social” vira a cargo delas. Em outras palavras, a matéria transmite a mensagem de que esse é um problema específico das mulheres, que elas devem se proteger, que elas devem resolver. Essa é uma questão de gênero.

Em nosso mundo midiático e interconectado, grande parte dessas práticas e representações simbólicas são apresentadas e vivenciadas através da internet e das mídias. A assimetria social entre os comportamentos sexuais de homens e mulheres sempre levanta suspeita em relação ao comportamento sexual das mulheres. De acordo com Bozon (2004) o “valor” das mulheres é medido a parcimônia com que elas se “entregam” a relações sexuais com homens, e ao contrário, o “valor” dos homens é medido pelo número de “objetos” que eles conseguem “possuir”. Esse duplo padrão sexual funciona como uma justificativa para desigualdades de gênero.

Não podemos deixar passar despercebido que esse caso se relaciona com situações de poder, e que está inserido dentro das expectativas de gênero e sexualidade construídas socialmente. O questionamento que se é levantando aqui é porque o “vazamento” dessas imagens de conteúdo íntimo se torna problemático socialmente para as meninas e mulheres? Não podemos perder de vista que essas são relações sociais, e que essas relações se modificam ao longo do tempo e de sociedade para sociedade.

Segundo Jane Flax (1992), as relações de gênero não tem uma essência fixada; variam tanto dentro do tempo quanto além dele. Os estudos pós-modernos feministas, se

⁸ A questão da disposição das informações dentro da matéria jornalística aparece como um fator de destaque por conta da pirâmide invertida (lead direto). Onde as informações consideradas de “maior relevância” aparecem logo no começo da matéria, com o intuito de tornar o texto mais “objetivo”. E as informações consideradas de “menor relevância”, por quem produziu e editou a reportagem, são destinadas aos últimos parágrafos. O fato de que o compartilhamento desse tipo de imagens ser considerado crime claramente é uma informação considerada menos relevante pelo grupo jornalístico específico.



preocupam em analisar as relações de gênero através da ótica social (Grossi, 2004). Esse ponto é primordial se pensarmos que desde a barriga da mãe, a partir do momento em que se “descobre” o “sexo” do bebê, a criança já começa a ser influenciada pelas características sociais definidoras do que é masculino e do que é feminino. A mídia também aparece como uma influência considerável dentro desta “construção do gênero”. E a nossa construção de identidade de gênero e sexualidade passa por todos esses caminhos a serem percorridos (Butler, 2013).

As leis trazem o suporte às estruturas de poder já vigente (Foucault, 1997), e aos códigos de comportamento de homens e mulheres, e as formas de preconceito inerentes a atos sexuais que homens e mulheres “devem” praticar e com quem devem praticá-los (Rubin, 1998). De acordo com Rubin, o público, em geral, auxilia na condenação quem não está em conformidade com a “legislação sexual” daquela determinada sociedade, e com os “valores sexuais” que foram ensinados a todos. Pontes e Silva (2009) afirmam que a mídia seleciona o que tem relevância para ser transmutado de um simples fato e se tornar um acontecimento, ou um relato jornalístico. Esse acontecimento só tem relevância após se tornar uma narrativa jornalística. O jornalista é aquele que procura o acontecido, que o trás para a existência simbólica do ato de se produzir uma notícia. Essa é uma relação que contribui para a constituição do jornalismo pela realidade social e a contribuição do jornalismo para a institucionalização e legitimação da realidade social. O jornalismo se torna uma instituição na sociedade por que não envolve apenas a produção da notícia, mas também a sua fundamentação no público, perpetuando assim valores sociais já arraigados em nossa sociedade brasileira.

Desta maneira, com auxílio da mídia e do senso comum, meninas e mulheres que tem imagens íntimas “vazadas” na rede, muitas vezes, vem a sofrer com perdas sociais reais, não só no universo virtual como no mundo “off-line” também. Mesmo que essas imagens sejam produzidas como uma maneira de livre expressão de sua sexualidade. As “normas” que diferenciam comportamentos masculinos e femininos, no caso específico desta matéria jornalística, são aplicadas tanto no ambiente virtual, quanto na construção do texto jornalístico, deixando claros os valores de gênero e de sexualidade inter-relacionados.

Bibliografia

ALSINA, Miguel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.



BELELI, Iara. O Corpo e a identidade na propaganda. In: *Revista Estudos feministas*, 2007. 15(1)280.

BERGER, Peter I & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985. 12. Ed.

BOZON, Michel. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2004.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001, pp. 131-145.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE De HOLLANDA, Heloisa (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. pp. 217-250

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6ª ed. Porto Alegre: editora sulina, 2013.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 1ª ed. São Paulo. Editora 34. 1999

GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. In: *Antropologia em Primeira mão*, n. 75, 2004.

MAFFESOLI, Michel. O Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MISKOLCI, Richard. Origens históricas da teoria *queer*. In: *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PEREIRA & DA ROCHA. Jornalismo Construtivista: algumas considerações epistemológicas. In: *Revista Famecos*, 2011. pp.746-764.

PONTES & SILVA, Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. In: *Revista Galáxia*, 2009. pp.44-55



RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P. & SCHNEIDER, B. *Social perspectives in lesbian and gay studies*. London: Routledge, 1998.

SALEM, Tania. “Homem...já viu ne?”. Representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HELBORN, Maria Luiza (org). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2004.

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. In: *Physis*, v.5, n. 1, 1995, pp. 7-31.

Bibliografia Online

DISNEY BABBLE. Sexting, cada vez mais perto de nossas filhas. Disponível em <<http://disneybabble.uol.com.br/br/tecnologia/sexting-cada-vez-mais-perto-de-nossas-filhas>> Acesso em: 27 Abril. 2015.